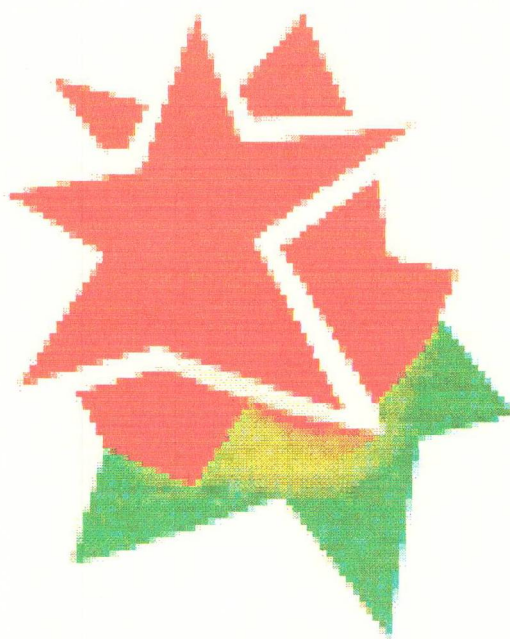


SMAD

5º ENCONTRO NACIONAL



Brasília - 30 e 31 de outubro de 1999

SMAD



Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento

O 5º Encontro Nacional da SMAD, realizado em Brasília, nos dias 30 e 31 de outubro de 1999, elegeu sua nova Executiva Nacional, que ficou assim composta:

Eleito	Cargo	Estado
Gilney Viana	Secretário Nacional	Mato Grosso
Marina Silva	Representante Senado	Acre
Marcos Afonso	Representante Bancada	Acre
Cláudio Langone	Representante Executivo PT	Rio Grande do Sul
Cláudio Arroyo	Membro da EN	Pará
Antonio Soler	Membro da EN	Rio Grande do Sul
Weber Avelar	Membro da EN	Minas Gerais
Titan de Lima	Membro da EN	São Paulo
Sérgio Ricardo	Membro da EN	Rio de Janeiro
Chico Floresta	Membro da EN	Distrito Federal
Virgílio A. Farias	Membro da EN	São Paulo

Os suplentes, no mesmo número de titulares, são: Fernando Marroni/RS, Tilden Santiago/MG, Socorro Pena/PA, Renato Ferreira/RS, João Bosco Senra/MG, um representante do Ne (a confirmar), Abraim/RJ, Frederico Magalhães/DF, André Lima/RS. Faltava indicar o suplente para a senadora Marina Silva.

Ficou definido que a Executiva consultará os estados para formar uma “representação dos estados” procurando uma maior integração com a Smad.

A pauta aprovada pelo plenário do encontro foi a seguinte:

1. Discussão da tese: Utopia é Vida;
2. Atuação no II Congresso do PT;
3. Discussão da proposta de Resolução sobre a Amazônia;
4. Discussão da proposta de Resolução sobre Política Nacional de Saneamento;
5. Moção sobre Estrada do Colono;

6. Avaliação da última gestão da SMAD;
7. Avaliação dos Encontros Setoriais Estaduais e das Secretarias Estaduais;
8. Eleição da Executiva e Secretário/a;
9. Programação para 2000.

Apresentamos a seguir os resultados do Encontro, aprovadas por consenso:

1. Tese

UM ECOSSOCIALISTA POR UM MUNDO NOVO

Na virada do milênio, os brasileiros lembram com alegria e tristeza os 500 anos desde a chegada dos portugueses e do início da colonização do território e dos povos nativos. No imaginário popular começa a ganhar força a idéia de que agora precisamos construir "outros 500". A razão é simples. Em cinco séculos, o Brasil começou a formar uma cultura assentada numa surpreendente diversidade étnica, se bem que não respeitada nem reconhecida; constituiu-se em país continental, oitava economia do mundo, mas à custa de muita injustiça, hoje reconhecido pela maior desigualdade social entre dezenas de países; ostenta uma cobiçada diversidade e riqueza naturais, ainda que seriamente destruída por modelos de uso e ocupação inspirados no saque; construiu uma sociedade juridicamente democrática ainda traumatizada por seqüelas de governos autoritários, mas com um potencial criativo e solidário capaz de superar as iniquidades sociais e ambientais decorrentes de modelos de desenvolvimento subalternos aos interesses hegemônicos do capitalismo mundial. O saldo destes 500 anos do Brasil sob o domínio da ótica colonizadora (ou mercantilista) podem ser avaliados, por um lado, pelos elevados indicadores de exclusão social e, de outro, pelo rastro de destruição ambiental presente em todo o país. Dois meses antes dos 500 anos, o PT completa 20 anos. Ao lado de outras forças progressistas da sociedade brasileira, o nosso partido tem um desafio histórico a cumprir. O PT nasceu pela mão de trabalhadores, intelectuais e religiosos com a missão de ajudar a construir uma nova era de justiça e ética para o nosso Brasil. Se não queremos ficar na história apenas como expressão de mais uma luta popular interessante porém frustrada, será preciso mais ousadia. Nossas conquistas democráticas nos anos 80 e as premiadas políticas públicas experimentadas em nossos governos municipais e estaduais nos anos 90, constituem elementos ativos de contraposição ao modelo de desenvolvimento insustentável adotado pelo atual governo federal, que, sob nova base teórica, podem inspirar a formulação de um novo projeto para o Brasil, baseado numa nova utopia. Hoje, esse projeto, é necessidade urgente. Não podemos mais conviver com a miséria e a destruição que assolam nosso povo e nosso país. A nossa indignação precisa se radicalizar à luz de mais criatividade, mais determinação e mais ousadia. A nossa luta não pode mais perder tempo com mesquinhas partidárias ou com a política estreita, imediatista, sem projeto ou utopia. **"Outros 500" para o Brasil também dependem de "outros 20" para o PT; dependem do II Congresso; dependem de todos nós; dependem de uma nova Utopia.**

A UTOPIA DA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, SUSTENTÁVEL E SOCIALISTA

A sociedade em que vivemos é insustentável tanto para o planeta que habitamos como para a maioria de sua população. O que temos, portanto, é uma ordem de um mundo a superar. Nesse sentido, a questão da utopia se impõe a todo esforço de investigação política íntegro. Como disse Boaventura de Souza: "A utopia é a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e por que vale a pena lutar. A utopia é, assim, duplamente relativa. Por um lado, chama a atenção para o que não existe como (contra)parte integrante, mas silenciada, do que existe. Pertence à época pelo modo como se aparta dela. Por outro lado, a utopia é sempre desigualmente utópica, na medida em que a imaginação do novo é composta em parte por novas combinações e novas escalas do que existe. Uma compreensão profunda da realidade é assim essencial ao exercício da utopia, condição para que a radicalidade da imaginação não colida com o seu realismo." () O roteiro da nossa reflexão sobre a ordem de um mundo a superar irá procurar concatenar um série de idéias, que partem do pressuposto de que **a meta a ser atingida é uma sociedade**

sustentável a partir de valores humanistas e socialistas, caracterizada como não capitalista, onde a questão ambiental é entendida como fator de restrição de primeira ordem às atuais atividades econômicas, mas também como fator de construção (ou resgate) de valores sociais como o respeito à natureza e aos seres humanos, à diversidade cultural e étnica, e na perspectiva de um padrão produtivo diferenciado do atual, em que a natureza não seja tratada apenas como um "recurso natural" ilimitado a ser apropriado e utilizado pelos interesses privados das forças do mercado.

O segundo pressuposto por nós assumido é **que uma sociedade sustentável será necessariamente uma sociedade democrática**, produto de sujeitos sociais ativos, que reconstituem "de baixo para cima" uma nova cidadania, de caráter radical, com a participação direta dos setores excluídos exigindo o "direito de ter direitos". () Cabe assinalar que, de acordo com Evelina Dagnino, a noção da nova cidadania se fundamenta na experiência dos movimentos sociais pela democracia, sua extensão e aprofundamento, e ao nexo constitutivo entre cultura e política. Por outro lado esta cidadania tem de ser planetária, como diria Francisco Gutierrez Cruz Prado, que "sustenta-se na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial" (3). Os fundamentos desta nova cidadania são distintos da noção original dos fins do século XVIII, de cunho liberal. Entre os "direitos a ter direitos", pelos quais os movimentos sociais lutam e criam novos direitos, encontram-se os relativos à vida, ao meio ambiente e ao trabalho, que se encontram devidamente entrelaçados, pois não é possível a existência de vida sadia em meio ambiente degradado, como também, ambiente degradado e insalubre significa a impossibilidade de populações trabalharem com dignidade. Assim sendo, devemos ter claro que todas as ações que comprometem as condições ambientais, como são exemplo os diversos tipos de poluição, atentam contra direitos ambientais de indivíduos e coletividades. Portanto, trata-se de entender que a crise ambiental produzida por este modelo insustentável de desenvolvimento é a manifestação de conflitos sociais que têm a natureza por base, e que a crise explicita a consciência de que um direito ambiental foi ameaçado. A nova ordem de valores aponta para a introdução de princípios democráticos nas relações sociais mediadas pela natureza. Tais princípios democráticos são assim descritos por Acselrad: "A igualdade no usufruto dos recursos naturais e na distribuição dos custos ambientais do desenvolvimento; liberdade de acesso aos recursos naturais, respeitados os limites físicos e biológicos da capacidade de suporte da natureza; a solidariedade das populações que compartilham o meio ambiente comum; o respeito à diversidade da natureza e aos diferentes tipos de relação que as populações com ela estabelecem; a participação da sociedade no controle das relações entre os indivíduos e a natureza." (4) Na medida em que esses princípios sejam observados e que tenhamos claro que o meio ambiente é o suporte natural da vida e do trabalho das populações, estaremos restringindo de forma mais consequente a degradação do meio ambiente e por consequência assegurando os direitos dos cidadãos à vida e ao trabalho. Por outro lado, é a nova cidadania que irá interferir no ambiente econômico, motivando-o a incorporar a dimensão ambiental em suas trajetórias e inovações. Portanto, assume-se aqui que, em concordância com os evolucionistas (5), para que a preocupação ambiental se torne uma "restrição direcional" ao desenvolvimento tecnológico, o meio social em questão é que deve ser capaz de imprimir tal direcionamento. Nós acrescentamos que, no processo de constituição da nova cidadania, os movimentos sociais, entre os quais os ambientalistas é que deverão ser capazes de imprimir o direcionamento referido acima (6). Entendemos, portanto, que a futura competitividade de um país, de uma sociedade não capitalista e sustentável, estará diretamente relacionada ao grau de radicalização da nova cidadania, que em última instância significa uma nova sociabilidade, de relações sociais mais igualitárias e estruturas organizativas geradoras de direitos. Entre os elementos constituintes da nova sociedade destacam-se o direito à diferença e à diversidade cultural - que se contrapõem à hegemonização e à pasteurização características do atual sistema.

Ao fazer a opção por um determinado padrão tecnológico e produtivo, a sociedade opta pelo tipo de relações sociais, de poder e de trabalho que deseja agora e no futuro. Tem a ver com a opção radicalmente preferencial dos ecologistas pela descentralização econômica e do poder político; pelo planejamento integrado e participativo; pela adoção de "tecnologias limpas" (ou menos poluentes); pela eliminação das fontes de riscos de acidentes e do uso de substâncias venenosas e perigosas nos ambientes de trabalho; e pelo efetivo controle social dos modos de produção e dos instrumentos de gestão da administração pública.

A forma atual como a sociedade se organiza para produzir tem gerado também problemas ao meio ambiente e à saúde humana, nem sempre explícitos para a maioria da população, embora decorram de conflitos sociais que têm por base a forma de apropriação privada da natureza. Mas a sociedade humana sustentável não se constrói sem as demais espécies presentes em nossa biosfera, quer sejam devidamente conhecidas ou não. Como fazer então para que possamos conhecê-las? Em primeiro lugar seu habitat deve ser conservado. Em segundo lugar, na medida em que a nova cidadania interage com os movimentos sociais, em particular com os movimentos ambientalistas, gesta-se um ambiente econômico favorável a tecnologias e trajetórias

ambientalmente conseqüentes. Estaremos viabilizando a interação positiva entre homem e natureza, já realizada por diversos grupos sociais, como os índios, os camponeses e os povos da floresta. Preservando-se as florestas tropicais e subtropicais, manguezais, pantanais e cerrados, a diversidade biológica e social enfim, contribuímos tanto para a estabilidade da biosfera e seus ecossistemas quanto para a utilização futura de uma imensa riqueza, assegurando melhores condições de vida às gerações futuras. É importante assinalar que a formulação presente da nova cidadania acaba por influir no meio ambiente e nos valores sociais que as gerações futuras herdarão de nós. Trata-se portanto de uma luta com conseqüências intergeracionais - que é o tempo mais apropriado para se tratar de questões relativas ao meio ambiente, embora as decisões e encaminhamentos tenham de ser intrageracionais. Portanto, a análise das variáveis sociais econômicas e ecológicas realizadas neste trabalho só pode ser feita a longo prazo, embora as decisões políticas devam ser assumidas desde agora. Também de longo prazo são as ações de diversos segmentos camponeses que vêm propiciando o melhoramento genético de uma série de plantas que hoje asseguram a produção de alimentos e de fármacos em escala mundial. Já foi perfeitamente demonstrado o processo de expropriação a que foi e estão sendo submetidos vários desses povos, especialmente dos países do sul. Com a globalização, o monopólio e a biopirataria, muitas comunidades indígenas e locais estão sujeita à própria destruição física e/ou cultural, agora em novo patamar, mediante a imposição de leis de patentes e de propriedade intelectual sobre os direitos que deveriam ter em relação a seus conhecimentos tradicionais. Em síntese, a tese aqui defendida aponta a possibilidade de romper o círculo opressor e explorador de populações, destruidor de biodiversidade e degradador de meio ambiente, com um outro círculo, libertário e solidário das populações do Sul, mediante a reação em cadeia - não linear, mas dialética, histórica - de uma cidadania radical que também incorpore as populações do Norte.

Este processo, corporificado nos movimentos sociais irá fazer com que a preocupação ambiental se torne uma "restrição direcional" ao desenvolvimento tecnológico, implicando que o ambiente selecione inovações e trajetórias tecnológicas limpas e submetidas à vontade e ao controle da sociedade. Isso também representa uma outra sociabilidade, fundamentada em relações sociais mais igualitárias e democráticas, que respeitam as diferenças, quer no campo biológico (biodiversidade, gênero) ou social (sociodiversidade étnica, cultural, religiosa, etc.). Assim, com sua megadiversidade livre da ameaça de desaparecimento ou degradação, o Brasil certamente terá a possibilidade de contribuir para a estabilidade da biosfera e de vários ecossistemas; para a paz mundial, evitando conflitos de origens ambientais; e para a satisfação das necessidades humanas fundamentais. A competitividade das empresas estará nas inovações e trajetórias tecnológicas ambientalmente limpas que adotarem, bem como na utilização mais adequada dos recursos naturais, da energia e do meio ambiente. Isto significará melhores condições de seus produtos nos mercados internacionais. Mas, para além disto, a riqueza da biodiversidade preservada - desconhecida hoje, melhor conhecida nessa nova circunstância -, cria a possibilidade de acesso à riquezas inimagináveis, que podem propiciar significativa ampliação da qualidade de vida da humanidade. Nesse hipotético contexto a caminho, um projeto nacional de inserção no mundo deverá estar fundamentado na visão de que seu suporte será a megadiversidade social e biológica e a sua competitividade estará ancorada na radicalidade da cidadania existente no país. A nova situação haverá também de substituir social e ideologicamente a competitividade e subjetividade capitalistas pela solidariedade humana, que é um valor intrínseco ao socialismo. Estamos entre dois paradigmas: o produtivista e hegemônico, que alguns autores identificam como paradigma "capital-expansionista"; e o paradigma sustentabilista emergente, que alguns preferem identificar como paradigma "ecossocialista". Um dos fundamentos do paradigma sustentabilista é a expansão intertemporal e intergeracional da democracia. Assume-se então que a proximidade do futuro é hoje tão intensa, que nenhum presente é democrático sem o futuro. Neste contexto se entende que a democracia das relações estatais visa sobretudo à democracia das relações intergeracionais, e é em nome dela que a cooperação entre os Estados é mais imprescindível e urgente. Na perspectiva do paradigma emergente, poderíamos dizer que a sociedade sustentável o corporificaria fundamentada numa economia ecológica que utiliza os recursos naturais renováveis em velocidade que não supere a taxa de renovação, e usa os recursos naturais não renováveis em ritmo adequado à sua substituição pelos recursos renováveis. É claro que uma sociedade assim também vai produzir resíduos. Mas o fará em ritmo e intensidade compatíveis com a capacidade de assimilação e reciclagem dos ecossistemas. Certamente, outra característica fundamental dessa sociedade será a justiça e, portanto, a inclusão social, com redistribuição dos recursos da produção e do consumo entre todos os indivíduos da geração atual, assim como entre esta e as gerações seguintes, considerando-se que a concentração de riqueza e a pobreza generalizada destróem o ambiente. Assim sendo, essa sociedade pleiteia a equidade com sustentabilidade, para que as pessoas possam viver e reproduzir-se dignamente, transformando-se e realizando-se individual e coletivamente.

O conflito maior e cada vez mais freqüente ocorrerá entre os que buscam um modo de vida fundamentado no uso coletivo planejado e limitado dos bens ambientais em contraposição aos interesses econômicos e privados que visam apenas ao lucro fácil e rápido através da exploração ilimitada sobre o patrimônio ambiental e “vantajosa” sobre a força de trabalho.

SUSTENTABILIDADE, NOVO PARADIGMA, NOVA UTOPIA

A sustentabilidade é o conceito fundante do novo paradigma civilizatório, e este, por sua vez, o embasamento de uma nova utopia: **a Sociedade Democrática e Sustentável**. Em suas expressões mais simples podemos descrever a sustentabilidade como um critério, um valor, uma norma de conduta, que qualifica a ação humana coletiva e individual em suas relações de produção, consumo, lazer e sua cotidianidade. Está pautada pelo uso da energia e da matéria, bem como pela relação com o meio ambiente biótico e abiótico, na justa medida em que possibilite a conservação do estoque natural anterior à ação, ou que se aproxime ao máximo desse objetivo depois da ação. Toda ação humana pode causar um impacto ambiental, por mínimo que seja, assim como todos os ecossistemas e toda a natureza estão em mudança e equilíbrio dinâmico, independente da vontade e das ações humanas; mas a ação antrópica tem sido fator de destruição quando ultrapassa o ponto de retorno às condições de equilíbrio/desequilíbrio natural. Aqui está o limite conceitual e prático da sustentabilidade, enquanto ação subjetiva e prática humanas, e também sua força como idéia orientadora da ação humana. O novo paradigma civilizatório além da sustentabilidade como princípio ético e técnico está embasado numa teia de conceitos de grande complexidade filosófica mas com capacidade de expressão prática na vida social e individual. Para melhor visualização optamos pela contraposição entre o paradigma hegemônico, produtivista, cientificista e antropocêntrico e o paradigma emergente sustentabilista, holístico e cosmocêntrico.

PARADIGMA PRODUTIVISTA	PARADIGMA SUSTENTABILISTA
1. Lógica da exaustão dos recursos	1. Lógica da sustentabilidade
2. Antropocêntrico (a espécie humana como centro da evolução do universo)	2. cosmocêntrico (o homem como parte do universo e o universo como parte do homem)
3. Androcêntrico (redução da espécie humana a visão do gênero masculino)	3. visão de mundo a partir da dualidade de gêneros masculino e feminino
4. A natureza só tem valor como reserva de “matéria prima” ou elemento da produção	4. “a natureza é a segunda natureza da sociedade”, tem valor telúrico, evolução e vida
5. Globalização como estratégia de grandes corporações transnacionais e do sistema financeiro	5. globalização da solidariedade entre as nações e culturas, para resolver problemas globais
6. reducionismo científico que divide e isola os fatos para conhecer (Decartes, Newton)	6. conhecimento holístico vendo os fatos em sua complexidade de interações e mudanças (Einstein, Heisenberg)
7. o mito do progresso e do crescimento econômico ilimitado	7. o crescimento econômico para o desenvolvimento social, com limites naturais e sustentabilidade
8. o desenvolvimento social medido pelos indicadores de crescimento econômico	8. o desenvolvimento social medido por indicadores de satisfação das necessidades humanas, respeitadas as diversidades étnicas, culturais e individuais
9. ética egoístico-imediatista de privilegiar as gerações atuais em prejuízo das gerações futuras	9. ética intergeracional pela Qual o usufruto pela gerações atuais está condicionada ao resguardo dos

	direitos das gerações futuras
10. paradigma consumista, individualista, provocado pelas forças que controlam o mercado e o lucro	10. paradigma do atendimento às necessidades humanas a partir do consumo solidarista
11. hegemonismo cultural, epistemicida, etnocida, que sufoca as culturais nacionais e locais	11. transcultural, dimensão intercultural como valor ético, respeito à diversidade cultural
12. racionalismo estreito, mecanicista que reifica as pessoas	12. sentimentos e paixões como força criadora dos indivíduos e das coletividades, para transformação social
13. desenvolvimento desigual e combinado, e da soberania excludente que reparte desigualmente as condições de sobrevivência, de bem estar e do poder político entre os povos	13. desenvolvimento democrático e sustentável sob uma ordem internacional não autoritária e imparcial, onde a soberania possa ser reciprocamente permeável
14. o Estado tem monopólio da violência legítima e de direito	14. transição a uma sociedade onde se combine o monopólio da violência legítima do Estado com pluralidade de origem de direitos da Sociedade
15. Estado imperial cujo único contraponto democratizante é a democracia representativa	15. Estado mediado por múltiplas formas de democracia: indireta, direta, novas institucionalidades

SUSTENTABILIDADE: UM NOVO PARADIGMA PARA A UTOPIA SOCIALISTA

A Utopia Socialista precisa ser recuperada no que tem de essencial: o anúncio da sociedade sem exploração do homem pelo homem fundada em base material capaz de satisfazer as necessidades diferenciadas de cada homem e mulher, como anuncia o Manifesto de fundação do PT. Para afirmar essa generosidade da utopia socialista é preciso negar três elementos a ela associados: a visão determinista, fatalista, da sua inevitabilidade e que tenha um agente de sua realização predeterminado; as concepções estatistas que orientaram as experiências de sua concretização no século XX; e o economicismo clássico que lhe dá fundamento - que se embasam no paradigma produtivista. Mas a generosidade para com o gênero humano na visão holística da nova Utopia, deve ser capaz de compreender a satisfação das necessidades materiais ao mesmo tempo que as necessidades espirituais; onde a ética da não exploração do homem pelo homem possa ser expandida, para uma ética intergeracional, da não "exploração" das gerações futuras pelas gerações atuais; do repensar a sobrevivência da espécie humana como parte da sobrevivência das outras espécies e das condições ambientais que lhes sejam apropriadas. Sob novo paradigma a generosidade da utopia socialista é a base da utopia da sociedade sustentável. O *Ecosocialismo* propõe uma nova relação entre os seres humanos, com o modo de produção e a natureza; além de submeter o poder (seja econômico ou político) ao controle popular. Na nossa concepção, o Socialismo Ecológico, além de um compromisso radical com a democracia participativa, marca uma clara diferença com o uso imediatista e oportunista que vêm sendo feito de conceitos como o "Desenvolvimento Sustentável", muitas vezes transformado em mero instrumento de uma chamada "ecologia de mercado", seja no campo filosófico (através do viés utilitarista como se a natureza existisse apenas para "servir" às necessidades humanas), seja na sua aplicação como políticas públicas neoliberais, centralizadoras e segregadoras (ao promover apenas a "maquiagem ecológica" dos espaços urbanos, beneficiando na prática interesses especulativos privados e comerciais). O Ecosocialismo, se contrapõe à manutenção do "status quo" dominante. Também propõe formas de democracia direta e um rigoroso controle social dos bens ambientais e dos serviços públicos em benefício da coletividade. Os petistas, entendem o "ecologismo" como um instrumento de afirmação da cidadania, capaz de impulsionar as mudanças sociais profundas que o país precisa. Entre o que nos diferencia da ótica capitalista no trato das questões sócio-ambientais, vale ressaltar a nossa presença nas lutas dos movimentos comunitários, sindicatos e de trabalhadores rurais, entre outros. Esta interlocução permanente com os movimentos sociais nos remete a um compromisso efetivo dos *ecopetistas* com a desprivatização do meio ambiente em favor da coletividade, com a inclusão social, a descentralização

do poder e da economia, a melhoria das condições de vida e de saúde dos trabalhadores, a reforma agrária com forte viés ecológico – tanto nas alternativas de assentamento, como na qualidade das práticas agrícolas – e o controle social. Outro campo das lutas sócio-ambientais diz respeito à necessidade de democratização dos meios de comunicação, com o apoio às rádios e TVs comunitárias.

DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO, JUSTO E SUSTENTÁVEL: CAMINHO PARA O BRASIL

Em 1998, lembramos os 10 anos do assassinato de Chico Mendes: um exemplo histórico da relação inseparável entre a questão ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico numa visão "neossocialista". Chico e o movimento dos seringueiros tornaram evidente que a luta ambientalista é, sobretudo, a luta pela vida, em todas as suas manifestações. Eles queriam a floresta de pé, porque dela dependiam para produzir e viver. A grande repercussão deste movimento – e do assassinato de Chico – não se explica apenas pelo interesse em torno da região, mas também pela síntese histórica que a sua luta representava. A partir de Chico Mendes fica mais fácil entender a característica de um projeto petista voltado para um Brasil justo e sustentável. A contraposição ao modelo neoliberal, que hegemoniza o processo de globalização da economia e entrega ao mercado o destino da humanidade passa necessariamente pela incorporação da dimensão sócio-ambiental em todos os níveis. Centrado na luta contra a exclusão social e a devastação ambiental, um projeto petista para o desenvolvimento do país precisa resgatar o compromisso humanista que está na origem do projeto socialista e democrático e que hoje precisa de uma nova visão do mundo, da natureza, do desenvolvimento da relação entre os gêneros e etnias, da cultura, da igualdade e das diferenças. É neste universo que se pode pensar as bases de um novo PT. É com este PT que a sociedade poderá construir, na prática, essa nova utopia. Qual o modelo de desenvolvimento que queremos? É aí que se encontram, na verdade, as questões sociais na atualidade, incluindo a qualidade de vida e a qualidade ambiental. No final dos anos 60, o Clube de Roma, frente a possibilidade de escassez de matérias primas e da ocorrência de sérios problemas de poluição, concluiu sobre a impossibilidade física do crescimento econômico ilimitado. A finitude e vulnerabilidade dos recursos do planeta levariam necessariamente ao colapso do sistema e ao comprometimento da vida na Terra. Mais tarde, o Relatório Brundtland, encomendado pela ONU, lança, em 1987, uma das primeiras sínteses após os dilemas propostos pelo Clube de Roma: o controvertido conceito do desenvolvimento sustentável, definido como o atendimento "das necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas", o relatório deixa em aberto o que acontece com a gigantesca parcela da geração atual que não tem, hoje, as suas necessidades mínimas atendidas. O próprio relatório reconhece que durante os 900 dias de sua elaboração, 1 milhão de pessoas morreram na África em função da seca; 2 mil pessoas morreram em Bhopal por vazamento de gás de uma indústria de pesticidas; mil morreram, no México, em explosão de tanques de gás liquefeito; explodiu um reator nuclear em Tchernobil e espalhou radiação na Europa, aumentando o risco de câncer humano; milhares de peixes morreram no rio Reno por despejo de produtos químicos, ameaçando o abastecimento de água na Alemanha e Holanda; e, 60 milhões de pessoas – a maioria crianças – morreram de doenças intestinais por desnutrição e ingestão de água imprópria para consumo.

Mas apesar de ter sido apropriado por segmentos sociais antagônicos e de se constituir numa contradição em termos – já que desenvolver em bases capitalistas, significa crescimento e acumulação, portanto em algum momento comprometendo a base de recursos naturais – o desenvolvimento sustentável, se transformou num sério desafio para governos comprometidos com a qualidade de vida da população. Nos governos estaduais petistas do RS, AC e MS temos buscado estabelecer o planejamento integrado das políticas públicas, a partir do primado da participação popular, e da inversão das prioridades para atender a maior parte da população excluída. Estes mecanismos descentralizadores, aliados à bem sucedida experiência do Orçamento Participativo (OP), e o enfrentamento conjunto dos problemas ambientais e sociais tem sido a marca das nossas administrações até o momento. A Agenda 21, como canal de participação preconizado nos princípios do "Desenvolvimento Sustentável", tem sido tratada de forma contraditória pelo PT: há os que a adotaram com uma visão democrática – como programa de transição ao socialismo – e dela vem tentando se apropriar para que não seja incorporada integralmente pela mídia e o sistema econômico e de poder dominante; já outros a questionam abertamente por considerá-la um pacto das elites dominantes e um conceito predominantemente capitalista.

Entretanto, a lógica da globalização vem enfraquecendo os Estados Nacionais e seu papel regulador, deixando essa prerrogativa às grandes corporações transnacionais, e perdendo a necessária responsabilização

com as grandes questões sociais que hoje se colocam em nível mundial. As organizações internacionais que deveriam regular as relações entre os países, como a ONU, estão enfraquecidas. Ao mesmo tempo, projeta-se para a entrada do milênio um cenário onde o mundo será predominantemente urbano. Mais de 2/3 da população da Terra viverá em cidades ao fim da primeira década do próximo milênio, com todos os problemas que o crescimento desordenado, o aumento da pobreza, o consumo, o dispêndio de energia e o impasse da circulação nas grandes metrópoles estão a prenunciar. Isso significa que os problemas ambientais mais graves estarão concentrados no espaço urbano, atingindo principalmente os grupos sociais mais vulneráveis, como os trabalhadores, as crianças e os velhos. Os grandes grupos transnacionais, com orçamentos maiores que a maioria dos países, disputam o acesso facilitado a recursos naturais, tecnologias e patentes e utilizam-se da chamada "biopirataria" para economizar tempo e dinheiro na pesquisa de novos produtos. As vítimas são países como o Brasil, especialmente as comunidades e o seu conhecimento sobre o uso dos recursos. Desta forma, os compromissos internacionais assumidos no âmbito da ECO-92 (clima, biodiversidade, florestas e a Agenda 21), a exemplo de conquistas sociais e trabalhistas, se submetem inteiramente à agenda das transnacionais, consolidada no Acordo do GATT, na OMC e nos ajustes promovidos por organismos financeiros multilaterais, com o FMI e o BIRD. Neste contexto será preciso afirmar um novo modelo de desenvolvimento para o país, que redimensione a nossa participação na divisão internacional do trabalho, otimizando as nossas vantagens comparativas em favor da verticalização e beneficiamento da produção primária, da geração de emprego e renda, da conservação dos ecossistemas e do desenvolvimento tecnológico e científico. As políticas industrial e agrícola devem absorver o desafio da sustentabilidade da "matéria-prima", como a terra e os ecossistemas, e da deposição dos resíduos, inclusive o lixo químico e atômico. As chamadas "externalidades" sócio-ambientais precisam ser incorporadas ao sistema, inclusive até através de subsídios ou custos específicos que remunerem o trabalho voltado à conservação ambiental. É o caso de comunidades empobrecidas no campo e nas florestas que se mantêm integradas aos ecossistemas, conservando-os e diversificando-os. Os programas de financiamento e crédito para a produção, especialmente na agricultura, além da política de incentivos fiscais precisam também incorporar critérios sócio-ambientais dirigindo os recursos para atividades potencialmente sustentáveis e geradoras de emprego e renda. Os estados e municípios precisam também receber compensações através dos fundos de participação para áreas conservadas e proteção dos recursos hídricos e com limitações para o desenvolvimento. O país precisa retomar as políticas de desenvolvimento regional integrado assumindo as particularidades e vocações de cada região e micro-região. A base energética do desenvolvimento precisa ser redirecionado, mantendo substantivamente a matriz atual, mas redistribuindo de maneira mais democrática seus benefícios e as formas de controle social. Aliás, o indicador e, ao mesmo tempo, critério fundamental para a sustentabilidade é a participação. Desde o nível local até o nacional, é preciso fortalecer os canais de participação, de maneira associada às instituições da democracia representativa.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, POLÍTICA ECOINDUSTRIAL E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Em várias ocasiões a relação entre preservação do meio ambiente, da biodiversidade e a geração/manutenção dos postos de trabalho é apresentada como um dilema. Ou se preserva o meio ambiente e a biodiversidade ou se mantêm os postos de trabalho. Esta é uma falsa questão. Vejamos porque: Primeiro, o processo de globalização e de reestruturação produtiva, que se fundamenta em novo padrão tecnológico baseado na microeletrônica, em nova forma de organização do trabalho que é o modelo flexível de produção, e que tem como resultado um altíssimo nível da produtividade do trabalho, os postos de trabalhos só serão mantidos e/ou criados, evitando ou minorando o desemprego estrutural, mediante a redução da jornada de trabalho; proibição de horas extras e reestruturação ecológica do aparato produtivo. Em segundo lugar, toda as atividades produtivas tem por suporte a nossa nave mãe Terra, direta ou indiretamente. Conforme já demonstramos na primeira parte deste trabalho, a insustentabilidade deste modelo de desenvolvimento levará a destruição das condições naturais de realização dos trabalhos. Nestas condições certamente teremos redução e destruição de postos de trabalho, decorrente de crises ambientais localizadas ou planetárias. Portanto, há que se ter claro que o atual modelo de desenvolvimento capitalista, desenvolve, além da contradição entre capital e trabalho, desenvolve também, a contradição entre capital e natureza (também reproduzida nas experiências do socialismo real), o que significa que este apresenta uma tendência para destruir suas próprias condições de produção, visando redução dos custos para sobreviver à concorrência. Assim sendo, o capital apropria-se de modo destrutivo tanto da força de trabalho quanto do espaço, da natureza e do meio ambiente. A sociedade sustentável de que falamos, será uma sociedade industrializada, porém fundamentada no não produtivismo e não consumismo desenfreado. Em nosso entender ao contrário de que se afirma, há muita produção industrial.

Há muita produção de massa, que consome energia e matérias primas em massa. Se produz muito contaminantes, materiais sintéticos, armamentos e artefatos nucleares, possíveis de destruir o planeta num piscar de olhos. Em contrapartida é possível identificar áreas em que se pesquisa e produz muito pouco, como por exemplo no campo de energias alternativas para transporte públicos, habitações, eliminação de desperdícios, alimentos sem contaminação e para suprir a matriz energética. Em termos de setores econômicos poderíamos ter neste processo a reconstrução ecológica de nossas cidades já industrializadas, a supressão da indústria atômica e de armamento; a conversão e redimensionamento da indústria química e automobilística e a expansão das atividades relativas a energias renováveis, principalmente para o setor de transporte público; bem como o setor da agricultura e pecuária poderiam se desenvolver sem o uso de agrotóxicos e produtos ou sementes transgênicas (geneticamente modificadas). Certamente existem outras variáveis que também deveremos levar em consideração neste processo de reestruturação ecológica. Assim é que o tamanho das empresas, suas formas de propriedade, a regulação e coordenação das mesmas, a organização do trabalho no sentido de superação do fordismo, são temas que se complementam na busca destes objetivos. Os processos industriais deverão ser fechados e limpos no sentido de não gerarem substâncias tóxicas ou de difícil biodegradação, quer no processo produtivo ou durante seu consumo. As relações trabalhistas deverão levar em conta o direito à recusa ao trabalho em ambientes degradantes, perigosos e insalubres; assim como a proteção da saúde dos trabalhadores, de suas famílias e das populações residentes no entorno de unidades industriais. Os resíduos devem ser empregados como matérias primas de outros processos produtivos, inclusive tendo esta característica como central na concepção dos parques industriais (Eco-Industrial Parks). Isto significa que as ações relativas aos resíduos e lixo decorrentes do processo industrial deverão se balizar pelos seguintes princípios assim colocados em ordem de prioridade: evitar; reutilizar; reciclar; eliminar. O pressuposto de toda a preocupação com a organização da produção e dos processos produtivos é que a qualidade do meio ambiente e a qualidade de vida dependem de forma intensa da organização na produção. Se ficássemos só na distribuição do produto social, sem tocar na organização da produção, deixando-a exclusivamente ao setor privado, ficaríamos restritos, às concepções sociais democráticas do "Estado de Bem-estar". Para se alcançar o panorama anteriormente traçado deveremos construir uma Política Eco-Industrial cujos componentes básicos desta política seriam:

1) ADMINISTRAÇÃO DA MUDANÇA ESTRUTURAL

Talvez a maior reestruturação deverá ser feita a partir da indústria de energia, saindo do óleo, carvão e energia nuclear para fontes renováveis. Outros setores deverão ser objetos de ações tais como setor automobilístico, químico, bélico, nuclear, etc. O Governo pode ajudar a criar novos setores através de regulação que induz a adoção de novas tecnologias menos poluentes e utilizadoras de energia.

2) CIRCULAR INDUSTRIAL ECOSYSTEMS

No sistema circular, cujo referencial é a forma de vida de um ecossistema, ou seja, o que é produto ou resíduo de um processo produtivo deve ser matéria prima em outro processo produtivo. As companhias devem minimizar os impactos ambientais baseados no ciclo de vida do produto. Para tanto, cabe ao governo estabelecer o responsabilidade de ciclo de vida, tornando-a regra geral e não exceção como é hoje. Assim sendo, só se autorizaria a produção de produtos que possa ser usado e depositados de tal forma que minimizem os impactos ambientais e maximizem a eficiência ambiental.

3) PRODUTOS PARA SUPRIR NECESSIDADES

O pressuposto é de que numa economia sustentável, mais que um "portifólio" de produtos, o que vai definir a entrada e saída de empresas no mercado é a geração de produtos necessários. O governo poderia incentivar a constituição de um novo tipo de firma, cuja base se fundamentaria no desenvolvimento sustentável, da mesma maneira que as cooperativas são fundamentadas na posse comum.

4) CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Também aqui a contribuição do governo é importante no sentido de tornar as questões ambientais componentes de toda educação e patrocinar programas de treinamento para gerentes e profissionais como engenheiros e contadores.

5) ACESSO À DECISÕES E CONTABILIDADE DAS EMPRESAS

Muitos problemas ambientais começam no local de trabalho, e os empregados são os primeiros a serem afetados pela baixa performance ambiental. Assim sendo, deveria ser assegurado um processo de negociação

entre trabalhadores e empresas visando estabelecer protocolos ambientais, estabelecendo princípios para a participação na construção da política ambiental da empresa, sem prejuízo de outras formas de controle social.

6) MERCADO PARA A TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL

O governo pode usar instrumentos econômicos, tais como impostos, taxas e depósitos retornáveis, em níveis corretamente elevados para promover a transformação da indústria, no sentido da sustentabilidade.

7) NOVO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO

A prevenção aos problemas ambientais custa menos do que a reparação dos mesmos, justificando o investimento em P & D buscando tecnologia alternativa cada vez mais limpa. Esta é a grande lição aprendida por várias nações em desenvolvimento.

8) FOMENTO À AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Uma política eco-industrial poderia também ajudar a fomentar emprego e oportunidades no campo, revertendo o fluxo insustentável campo-cidade. Esta é em linhas gerais a estrutura de uma política eco-industrial que a sociedade deveria almejar numa reestruturação industrial que objetiva o desenvolvimento sustentável e aponta no sentido da sociedade sustentável.

ESTA É A NOSSA UTOPIA !

Gilney Viana/MT
Chico Floresta/DF
Flávio do Carmo/DF
Ademário Oliveira/DF
Lucimar Nascimento/GO
Sílvio Marcos Cosme de Menezes/MT
Marcos Afonso/AC
Virgílio A. Farias/SP
Marcos Pelegrini Bandini/SP
Paulo Martins/SP
Caio Boucinhas/SP
Weber Avelar/MG
Claudio Langone/RS
Tilden Santiago/MG
Iara Ferreira de Araújo/MT
José Carlos Alves Ferreira/MT
Almir S. Ribeiro de Souza/MT
Irailton Lima/AC
Francisco Ubiracy/AC
Hermes Moreira de Melo Jr./AC
Elson de Lima Cardoso/AC
Carcus Azevedo/DF
Renato Ferreira/RS
Antonio Soler/RS
Vanete Lopes Farias/RS
Paulo Alves/RS
Titan de Lima/SP
Sérgio Ricardo/RJ
André Luz/RJ
Antonio Ramaiana/DF
Jorge Artur Fontes Chagas de Oliveira/DF
Luiz Fernando Krieger Merico/SC
Jane Maria Vilas Boas/AC
Frederico Flávio Magalhães/DF
Marizete Fernandes Bandini/SP
Ivone Arruda de Carvalho/SP

João Bosco Senra/MG
Zeh Roberto Prates/PA
Benedito Bola/DF
Sandra Loise Dantas Oliveira/DF
Franklin de Paula Jr./MG
Maria Conceição Renan de Menezes/MG

1. Santos, Boaventura de Sousa "Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade." São Paulo, Cortez Editora, 1996, p.323
2. Dagnino, Evelina "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania" In: Os anos 90: Política e sociedade no Brasil. Evelina Dagnino (org) São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994, pp. 103-115
3. Prado, Francisco Gutierrez Cruz " Ecopedagogia e Cidadania Planetária. S.P. Cortez Editora, 1999. Pág. 13
- 5- Almeida, Luciana T. " Instrumentos de Política Ambiental e Questões para o Brasil." Campinas-S.P., IE/UNICAMP, Tese de Mestrado, 1994, p.55
- 6-Outros autores representam conclusões sobre este tema. Ver Cramer, J. & Zegveld, W.C.L. "The future role of technology in environment management". Future, vol 23, n.5, p.466

2. Atuação no II Congresso

Diversas propostas foram apresentadas e, entre elas, ficou decidido que:

- Faremos uma consulta à Coordenação do II Congresso para saber qual caráter a tese terá e comunicar que é nossa intenção que a tese seja apreciada, debatida e votada, com a mesma igualdade de direitos.
- Nossa intervenção, durante o II Congresso, será de acordo com o caráter dado à nossa tese. Iremos preparados para defendê-la e submetê-la a votos, integralmente, mas já preparados também para emendá-la à tese guia vencedora.
- Faremos um MANIFESTO que contenha os pontos principais da tese para divulgação e convencimento, um documento orientador para dentro do Partido.
- Montaremos uma barraca da secretaria onde estarão expostas experiências petistas na área socioambiental. Poderemos também desenvolver outras atividades sugeridas como: oficina de papel reciclado, uma apresentação da ASMARE, que ficou sob responsabilidade da SEMAD/MG.
- Apresentaremos para a Coordenação a proposta de fazermos praguinhas, bandeiras e um globo plástico, inflável, que usaremos durante a defesa de nossa tese.
- Sugerir à coordenação do II Congresso que durante todo o evento haja coleta seletiva do lixo, com lixeiras apropriadas, e que todo o lixo produzido seja doado. Nos propomos a fazer o modelo de uma filipeta com as "regras" para a coleta seletiva que deverá ser distribuída no momento do credenciamento.
- Propor e aprovar que o PT só utilize papel não-clorado.

3. Resolução sobre a Amazônia

A proposta de resolução aprovada no Encontro está sendo submetida à Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT, lideranças da região e a entidades que têm trabalho e acúmulo nessa área, conforme decisão do plenário do 5º Encontro. Será disponibilizada oportunamente.

4. Resolução sobre a Política Nacional de Saneamento

5. Moção sobre a Estrada do Colono

Com a ausência da companheira Lygia Pupato, do Paraná, não foi possível atualizar os presentes sobre os últimos acontecimentos relativos à questão da Estrada do Colono, no Parque Nacional do Iguaçu/PR. Ainda assim, foram dadas algumas informações sobre a situação da estrada: ela foi REaberta com apoio de parlamentares e prefeitos do PT, inclusive. Apesar da SMAD ter se posicionado contra e feito este encaminhamento ao Diretório Nacional e ao Diretório Regional do PT/PR, ESSA POSIÇÃO POUCO INFLUENCIOU A DECISÃO DO DR/PR, QUE NA PRÁTICA DEU AMPARO À ATITUDE DAS LIDERANÇAS LOCAIS. O Plano de Manejo do Ibama deve ser apresentado em breve e, PROVAVELMENTE NÃO PERMITIRÁ A abertura da estrada. A SITUAÇÃO ESTÁ FICANDO MAIS GRAVE PORQUE A a Unesco ameaça suspender o título de Patrimônio da Humanidade, O QUE TRARÁ SIGNIFICATIVOS PREJUÍZOS PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO. Optou-se, então, por encaminhar carta ao Diretório Nacional do PT para que se posicione sobre o assunto, após ouvir a companheira Lygia Pupatto.

6. Avaliação da última gestão da SMAD e

7. Avaliação dos Encontros Estaduais e das Secretarias Estaduais

Foi unânime a avaliação do crescimento de nossa secretaria dentro do Diretório Nacional, a partir da estruturação da SMAD no espaço físico do PT e principalmente pela atuação da senadora Marina Silva e do deputado Gilney Viana nas reuniões do DN e Executiva Nacional. O partido começou a consultar a SMAD, mas ainda não há um reconhecimento efetivo do Diretório Nacional em relação à SMAD. Precisamos que a Executiva eleita agora abrace a secretaria e desenvolva um trabalho real para subsidiar as ações de nossas lideranças ambientalistas, o que não aconteceu na gestão anterior. Uma das dificuldades apresentadas foi a falta de recursos para passagens, que viabilizassem as reuniões, mas há consenso que a Executiva não assumiu o seu mandato, prova disso foi o retrocesso nas secretarias estaduais e nos

próprios setoriais estaduais. Não fizemos, à exceção de Acre e São Paulo, encontros setoriais oficiais que garantissem a presença de um ambientalista no DN; só elegemos um secretário estadual, Virgílio Farias/SP. Esses fatores refletiram no nosso Setorial Nacional, que foi muito menos representativo que o de 97, por exemplo. Outra dificuldade apontada foi a falta de diálogo de lideranças ambientalistas do PT com a SMAD, é o caso de parlamentares e também de secretários estaduais e municipais, onde o PT é governo.

8. Eleição do Secretário e da Executiva Nacional

Eleito, por aclamação, o deputado estadual Gilney Viana (PT/MT) para Secretário Nacional da Secretaria de Meio ambiente e Desenvolvimento. A nova executiva está composta conforme quadro apresentado na primeira página deste relatório, por indicação dos delegados presentes.

9. Programação para 2000

- Curso de formação ecossocialista;
- Fórum da Amazônia;
- Seminário sobre Transposição do São Francisco;
- Seminário sobre Recursos Hídricos;
- Seminário política socioambiental em Itajaí/SC;
- Livro da SMAD;
- Cartilha para subsidiar eleições municipais, em parceria com Pólis;
- Assessoria ao DN, Bancadas no Congresso e Governos;
- Resgatar o que ficou sem fazer do último encontro e encaminhar.